

Silêncio, não-dito e práticas simbólicas em Cuiabá

Entre memórias subterrâneas e identidades invisibilizadas

Ângelo Valentim Lena

Pedagogo e Pedagogista da Rede Municipal de Educação de Cuiabá
agosto - 2025

Resumo

Este artigo analisa como o silêncio e o não-dito podem ser compreendidos como suportes de memória coletiva no contexto cuiabano, a partir de práticas simbólicas do cotidiano. Ancorado nas contribuições de Maurice Halbwachs, Pierre Nora e, sobretudo, Michael Pollak, discute-se que o silêncio não significa ausência, mas forma cifrada de presença histórica. Observações empíricas em Cuiabá revelam um conjunto de práticas ligadas à religiosidade popular — como o cultivo de plantas místicas (guiné, arruda, espada-de-são-jorge, comigo-ninguém-pode), gestos de proteção (bater na madeira) e uso ritualizado de cores e pedras — que, embora amplamente difundidas, permanecem pouco verbalizadas em espaços públicos. Argumenta-se que tais práticas constituem uma “memória subterrânea”, associada a heranças afro-indígenas e populares, invisibilizadas pela narrativa oficial da *cuiabania*. Ao evidenciar o papel do silêncio e do não-dito, o artigo contribui para ampliar o campo da História da Educação, incorporando formas não institucionais de transmissão cultural e de resistência simbólica.

Palavras-chave: memória coletiva; silêncio; não-dito; religiosidade popular; Cuiabá.

Introdução

A memória constitui um dos campos mais férteis da historiografia contemporânea, sobretudo a partir das contribuições de Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak.

Se Halbwachs destacou a dimensão social da memória, como produto e suporte dos grupos, e Nora problematizou os *lugares de memória* como dispositivos materiais e simbólicos que asseguram a permanência do passado, Pollak ampliou esse debate ao colocar em evidência o silêncio e o não-dito. Para o autor, o que não se fala, o que é ocultado ou reprimido, constitui também um campo ativo de produção de memória, que resiste de forma subterrânea às narrativas oficiais.

Em Cuiabá, a observação cotidiana revela práticas simbólicas amplamente disseminadas, mas pouco verbalizadas em espaços públicos. São gestos, plantas, objetos e cores que funcionam como dispositivos de proteção espiritual, social e até econômica. Plantas como a guiné, a arruda, a espada-de-são-jorge e o comigo-ninguém-pode são cultivadas em quintais urbanos; gestos como “bater na madeira” são replicados em situações de risco; o uso ritualizado de determinadas pedras e cores de roupa marca momentos específicos da vida social. Apesar de sua presença, essas práticas raramente são discutidas abertamente. O silêncio em torno delas não significa ausência, mas sim presença cifrada, marcada por uma memória coletiva que se transmite fora dos canais institucionais.

Este artigo busca compreender essas manifestações como suportes de memória coletiva em Cuiabá, articulando o silêncio e o não-dito como categorias analíticas. A hipótese que orienta o texto é a de que tais práticas remetem a heranças afro-indígenas e populares, invisibilizadas pela narrativa hegemônica da cuiabania, que consolidou uma identidade marcada pela branquitude, pela ruralidade sertaneja e pela religiosidade católica.

Referencial teórico

A memória, segundo Maurice Halbwachs (2004), não é individual, mas coletiva, pois se ancora em quadros sociais que organizam o passado a partir das necessidades do presente. Toda lembrança é, nesse sentido, socialmente mediada. Pierre Nora (1993), por sua vez, distingue entre memória viva e *lugares de memória*, compreendendo que, em sociedades modernas, a memória tende a ser depositada em suportes materiais e simbólicos — monumentos, datas, práticas, rituais — que asseguram sua permanência diante do risco do esquecimento.

Michael Pollak (1989) tensiona esse quadro ao propor a noção de *não-dito*. O silêncio não é vazio, mas campo de significação. Ele emerge de interdições políticas, censuras sociais, traumas coletivos ou mesmo da necessidade de autopreservação dos grupos. O que não é

dito em palavras pode ser expresso em gestos, práticas e símbolos, transmitindo memórias subterrâneas que não encontram lugar na narrativa oficial.

Outros autores reforçam esse campo interpretativo. Joël Candau (2016) associa memória e identidade, destacando que a transmissão cultural se faz também por vias não discursivas. Marilena Chauí (1986) ressalta a importância da cultura popular como espaço de resistência, onde práticas aparentemente banais são carregadas de sentidos históricos. Regina Novaes e Lísias Negrão (2010) discutem a religiosidade difusa brasileira, marcada pelo sincretismo, pela invisibilidade e pela fragmentação entre o público e o privado.

Esse arcabouço permite compreender as práticas observadas em Cuiabá não como meras superstições, mas como dispositivos de memória coletiva, sustentados pelo silêncio e pelo não-dito.

Resultados e Discussão

As observações empíricas em Cuiabá revelam um conjunto de práticas simbólicas que, embora naturalizadas no cotidiano, guardam forte densidade cultural. A guiné, por exemplo, não é planta nativa da região, mas aparece de forma recorrente em quintais urbanos. Seu cultivo, segundo narrativas locais, relaciona-se a poderes místicos de proteção contra energias negativas. A arruda, o comigo-ninguém-pode e a espada-de-são-jorge cumprem funções semelhantes, compondo um repertório vegetal associado à saúde, à prosperidade e à defesa espiritual.

Além das plantas, outras práticas reforçam esse universo. O gesto de “bater na madeira” para afastar o azar, o uso de pedras consideradas místicas e a escolha de cores específicas de roupas em datas ou situações importantes são exemplos de suportes simbólicos que, mesmo sem explicitação verbal, são reconhecidos coletivamente. Trata-se de um código social silencioso, no qual a repetição cria pertencimento e coesão.

O que chama a atenção é o silêncio que envolve tais práticas. Embora muitos cuiabanos as conheçam, pratiquem e respeitem, não se fala sobre elas em espaços públicos ou institucionais. A vergonha, o medo da estigmatização religiosa ou a simples naturalização das práticas contribuem para esse não-dito. O silêncio, nesse caso, é constitutivo: é ele que garante a sobrevivência das práticas ao longo do tempo, preservando uma memória coletiva subterrânea.

Esse quadro remete a um processo histórico de invisibilização. Ao longo da história de Cuiabá, a cuiabania foi narrada a partir de referências brancas, católicas e sertanejas, relegando ao silêncio as heranças afro-indígenas e populares. A criminalização de práticas religiosas de matriz africana e a estigmatização das pajelanças indígenas ajudam a explicar por que tais práticas se camuflam. Contudo, sua persistência indica que, apesar do silêncio, elas compõem uma “nação invisível” que coexiste com o ser cuiabano e brasileiro, guardando uma memória coletiva que resiste pela via simbólica.

Considerações finais

A análise das práticas simbólicas em Cuiabá permite compreender que o silêncio e o não-dito são também suportes de memória coletiva. Plantas místicas, gestos cotidianos e objetos carregados de sentido constituem um repertório cultural transmitido fora dos espaços institucionais, mas amplamente reconhecido e praticado pela população.

O silêncio que envolve essas práticas não significa ausência, mas presença cifrada. Ele protege, resguarda e ao mesmo tempo oculta identidades sociais marcadas pela repressão histórica e pelo estigma. O resultado é a constituição de uma memória subterrânea que desafia a narrativa oficial da cuiabania e abre espaço para repensar as múltiplas identidades que compõem a história de Cuiabá.

Do ponto de vista da História da Educação, essa reflexão contribui para ampliar a noção de transmissão cultural, incluindo formas não escolares, não discursivas e não institucionalizadas. Ao dar visibilidade a essas práticas, revela-se que o silêncio também educa, forma e transmite valores.